



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ATA NÚMERO 65/XII/ 3.<sup>a</sup> SL**

Aos 11 dias do mês de junho de 2014, pelas 10 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Saúde no âmbito da apreciação na especialidade da proposta de lei n.º 205/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Procede a alterações ao Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, ao Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho, e ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio;  
Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS)**
- 3. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Projeto de lei n.º 286/XII/2.<sup>a</sup> (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa em matéria de acesso a documentos;**
  - **Projeto de lei n.º 287/XII/2.<sup>a</sup> (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, reforçando as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação por parte dos Serviços de Informações;**
  - **Projeto de lei n.º 288/XII/2.<sup>a</sup> (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, consagrando o "período de nojo" para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades;**
  - **Projeto de lei n.º 302/XII/2.<sup>a</sup> (PCP) - Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa;**
  - **Projeto de lei n.º 437/XII/2.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) - Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, e 75-A/97, de 22 de julho, e pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro (Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa - SIRP);**
  - **Projeto de lei n.º 556/XII/3.<sup>a</sup> (BE) - Protege a Missão do SIRP e o Segredo de Estado, criando inibições ao vínculo imediato e reforçando direitos fundamentais em processo judicial (1.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, e 5.<sup>a</sup> Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro);**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 65/XII/ 3.ª SL

- Projeto de lei n.º 465/XII/3.ª (PSD e CDS-PP) – Aprova o regime do segredo de Estado;
- Projeto de lei n.º 466/XII/3.ª (PSD e CDS-PP) – Cria a Entidade Fiscalizadora do Regime do Segredo de Estado;
- Projeto de lei n.º 553/XII/3.ª (PCP) – 1.ª alteração à Lei n.º 6/94, de 7 de abril, que aprova o regime do segredo de Estado;
- Projeto de lei n.º 554/XII/3.ª (PS) – Regime das Matérias Classificadas;
- Projeto de lei n.º 555/XII/3.ª (PS) – Regime do segredo de Estado;
- 4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
- 5. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
- 6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para a audição do Conselho de Fiscalização do SIRP, a fim de que este órgão fiscalizador informe acerca do conhecimento que tem dos excertos de um manual de procedimentos elaborado para uso de agentes do Serviço de Informações da República divulgados por um órgão de comunicação social no dia 4 de junho, bem como da apreciação que faz deles e das providências que tem vindo a tomar para o cabal esclarecimento destas notícias, incluindo o apuramento de responsabilidades;
- 7. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, procedeu-se à apreciação do parecer solicitado pela Comissão de Saúde, no âmbito da apreciação na especialidade da [proposta de lei n.º 205/XII/3.ª \(GOV\)](#) - Procedeu a alterações ao Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, ao Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho, e ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS). No final, o parecer foi submetido a votação e aprovado (partes I e III) por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 65/XII/ 3.ª SL

No terceiro ponto da ordem do dia, foi requerido pelo Grupo Parlamentar do PS, sem a oposição dos demais grupos parlamentares presentes, o adiamento da discussão e votação na especialidade dos seguintes diplomas: [projeto de lei n.º 286/XII/2.ª \(BE\)](#) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa em matéria de acesso a documentos; [projeto de lei n.º 287/XII/2.ª \(BE\)](#) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, reforçando as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação por parte dos Serviços de Informações; [projeto de lei n.º 288/XII/2.ª \(BE\)](#) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, consagrando o "período de nojo" para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades; [projeto de lei n.º 302/XII/2.ª \(PCP\)](#) - Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa; [projeto de lei n.º 437/XII/2.ª \(PSD e CDS-PP\)](#) - Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, e 75-A/97, de 22 de julho, e pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro (Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa – SIRP); [projeto de lei n.º 556/XII/3.ª \(BE\)](#) - Protege a Missão do SIRP e o Segredo de Estado, criando inibições ao vínculo imediato e reforçando direitos fundamentais em processo judicial (1ª alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, e 5.ª Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro); [projeto de lei n.º 465/XII/3.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) - Aprova o regime do segredo de Estado; [projeto de lei n.º 466/XII/3.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) - Cria a Entidade Fiscalizadora do Regime do Segredo de Estado; [projeto de lei n.º 553/XII/3.ª \(PCP\)](#) - 1.ª alteração à Lei n.º 6/94, de 7 de abril, que aprova o regime do segredo de Estado; [projeto de lei n.º 554/XII/3.ª \(PS\)](#) - Regime das Matérias Classificadas; e [projeto de lei n.º 555/XII/3.ª \(PS\)](#) - Regime do Segredo de Estado.

Usaram da palavra o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) e a Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD), que justificaram o adiamento no facto de ainda estarem a ser desenvolvidos esforços no sentido de obter um consenso alargado nesta matéria, propondo o dia 12 de junho, pelas 14 horas, para a realização da discussão e votação das iniciativas em causa. Pelo Senhor Presidente foi dito que, em nome da consensualização, ficaria, então, agendada uma reunião extraordinária para o dia seguinte, conforme proposto.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 65/XII/ 3.ª SL

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à apreciação e votação dos relatórios finais das petições n.ºs [369/XII/3](#) - Contra o encerramento da 44.ª esquadra da PSP (Lumiar, Lisboa) e pelo reforço de policiamento de proximidade, e [379/XII/3](#) - Solicita a alteração da idade mínima de elegibilidade do Presidente da República, que foram apresentados, em separado, pela respetiva relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD). No final, submetidos a votação, foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Por último, a propósito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para a audição do Conselho de Fiscalização do SIRP, o Senhor Presidente informou que o documento anónimo, com denúncias relativamente aos serviços de informações, recebido na Comissão foi, de imediato, por sua iniciativa, remetido para o Conselho de Fiscalização do SIRP para os efeitos tidos por convenientes no âmbito das competências daquele órgão fiscalizador, tendo o mesmo se disponibilizado desde logo para ser ouvido na Comissão, razão pela qual foi já agendada a respetiva audição, à porta fechada, para o próximo dia 18 de junho, pelas 11 horas e 30 minutos – diligência que fora comunicada aos Senhores Deputados Coordenadores dos Grupos Parlamentares.

Em seguida, interveio o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que considerou que, uma vez que o Senhor Presidente já tinha tomado a iniciativa de ouvir o Conselho de Fiscalização, ficara consumido o sentido útil do requerimento do PCP, não sendo necessário sequer votá-lo. Os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD) e Luís Pita Ameixa (PS) e a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) manifestaram igualmente a sua concordância em relação quer ao Requerimento do PCP quer à iniciativa do Senhor Presidente, no sentido de a Comissão ouvir o Conselho de Fiscalização do SIRP sobre esta matéria.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 65/XII/ 3.ª SL**

Palácio de São Bento, 11 de junho de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Fernando Negrão)**

**Nota: aprovada em 02-07-2014**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 65/XII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
João Lobo  
Jorge Lacão  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Paulo Simões Ribeiro  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
Carlos Abreu Amorim  
Elza Pais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Carlos Peixoto  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
José Luís Ferreira  
Paulo Rios de Oliveira  
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto  
Maria Paula Cardoso